

A hora e a vez das bacias terrestres

O pré-sal inaugura no Brasil uma nova era. Vivemos hoje um cenário de desafios e oportunidades. O momento exige uma série de superações de ordem tecnológica, logística e financeira. A indústria está se mobilizando para fornecer materiais, equipamentos, embarcações, serviços e mão-de-obra qualificada, o que movimenta a economia como um todo.

O resultado de hoje é fruto da obstinação de exploracionistas que não desanimaram diante dos insucessos; gente que superou as limitações tecnológicas e foi capaz de romper fronteiras do conhecimento, descobrindo e explorando o mar, enfrentando e ultrapassando todos os obstáculos.

Precisamos, entretanto, avançar em novas frentes. A rodada que hoje colocamos em Audiência Pública, exclusivamente com blocos em áreas terrestres, sinaliza a necessidade de voltarmos nossos olhos também para a terra. Não só para refazer o caminho percorrido pelos pioneiros do setor, mas também para abrir novas fronteiras *onshore*, capazes de ampliar ainda mais o conhecimento do potencial petrolífero brasileiro.

A enorme área de bacias sedimentares pouco conhecidas no Brasil, associada ao quadro favorável desenhado hoje pelo pré-sal coloca um outro desafio para o país e o setor: a *incorporação de novas reservas em terra*.

Se no segmento marítimo do Brasil temos tido excelentes notícias, que consolidam o país como uma das regiões *offshore* mais produtivas do mundo, a atividade em terra segue num ritmo menos acelerado, com resultados práticos ainda modestos diante do nosso potencial.

O crescimento da produção *onshore* foi pequeno desde a abertura do setor, pois nosso esforço estava concentrado nas bacias *offshore*.

Espero que comecemos a mudar essa realidade, buscando uma situação de equilíbrio, em que o *offshore* siga em frente, no seu ritmo, e o *onshore* passe a ganhar maior expressão.

Entendemos claramente que falta ao mercado *onshore* uma escala ótima, fundamental para a logística e comercialização da produção. Esse desafio só será superado a contento com a diversificação dos *players*, com investimentos dos concessionários atuais e futuros em exploração, desenvolvimento e produção.

A Décima Rodada traz algumas excelentes oportunidades para empresas de variados perfis e tamanhos.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) priorizou o oferecimento de áreas terrestres, parte delas ainda sem produção ou pouco exploradas.

O investimento nessas bacias é uma das ferramentas que a ANP dispõe para auxiliar o desenvolvimento regional. São bacias de novas fronteiras com características interessantes, onde o risco é alto, mas a perspectiva de prêmio é promissora. E essa é uma indústria que historicamente dá mostras de remunerar de modo adequado o pioneirismo e a ousadia. Foi o caso de Tupi. A Bacia de Santos, em 2000, ano da Segunda Rodada, era con-



Foto: Banco de Imagens TN Petróleo

siderada uma nova fronteira tecnológica e do conhecimento. Hoje o pré-sal é uma desafiante realidade.

Também temos excelentes oportunidades em bacias maduras, que dispõem de muita informação, adequada infra-estrutura e ainda demonstram capacidade de gerar boas descobertas.

Como sabemos, a atividade exploratória em novas bacias terrestres amplia o leque das oportunidades do setor de óleo e gás e permite que companhias petrolíferas de todos os portes possam participar do processo. Esse é um objetivo que a ANP tem buscado ao longo do tempo: estimular a entrada de novos agentes no *upstream* brasileiro. Só assim seremos capazes de desenvolver a pequena indústria petrolífera e fixar empresas de origem nacional e de origem estrangeira no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

O Brasil é extremamente competitivo em termos globais nas mais diversas dimensões de análise. Apresenta uma posição confortável com relação ao risco país, mantém uma economia estável, com fundamentos sólidos. No desenvolvimento de suas atividades, os concessionários contam com vasta rede de fornecedores de bens, serviços, materiais e equipamentos, além de mão-de-obra qualificada para o setor.

O risco regulatório brasileiro, por sua vez, é baixo, reflexo do cumprimento de contratos e da estabilidade das regras do negócio garantido pela atuação de uma agência reguladora independente, com capacidade técnica e isenção.

Outra vantagem brasileira é o potencial de nosso mercado interno de derivados de petróleo e gás natural, com consumo anual da ordem de 110 bilhões de litros.

A Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, prevista para ser realizada em 18 de dezembro, no Rio de Janeiro, ofertará 130 blocos em terra, divididos em oito setores, em sete bacias sedimentares: Sergipe-Alagoas, Amazonas, Paraná, Potiguar, Parecis, Recôncavo e São Francisco. No total serão oferecidos cerca de 70.000 km² em áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural.

A realização das Audiências Públicas, ao incrementar a participação dos interessados no processo, tem sido um instrumento que tem nos ajudado a aprimorar o Edital e o Contrato das rodadas. Essa é uma oportunidade privilegiada para, em parcei-

ra com as concessionárias e a sociedade organizada, construirmos um ambiente de negócios saudável, capaz de promover o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás brasileira.

Ano passado recebemos várias sugestões. Avaliamos cada uma delas, implementamos as mais oportunas e estamos estudando outras valiosas contribuições para serem aproveitadas no futuro. Isso demonstra a importância do trabalho cooperativo entre indústria, sociedade, órgão regulador e governo.

Gostaria de ressaltar que a manutenção da realização das rodadas anuais reflete a prioridade que o governo federal e a ANP atribuem ao processo como fator relevante para o desenvolvimento do Brasil. Embora passemos por momento de reflexão e discussão sobre as mudanças advindas com a nova província do pré-sal, mantivemos o tradicional cronograma anual das rodadas, que vem propiciando avanços significativos para a sociedade.

Um balanço geral de todas as rodadas mostra que estamos no caminho certo, com estabilidade regulatória e respeito aos contratos. É preciso, além disso, ampliar os investimentos em geociências, para que tenhamos informações, em quantidade e qualidade, capazes de valorizar as novas áreas a serem ofertadas. Nesse sentido, para programar tais investimentos num horizonte de médio prazo, a Agência vem desenvolvendo o Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica (PPA). Para 2009, teremos um orçamento da ordem de R\$ 200 milhões, recorde na história da ANP.

Creio que essa será mais uma rodada de sucesso, pois algumas das bacias dessa rodada serão extremamente disputadas, o que pode representar a ampliação das províncias produtoras atuais e a abertura de novas, capazes de gerar emprego e renda de forma descentralizada.

Vale ressaltar que a inclusão de áreas classificadas como 'novas fronteiras' se deve ao trabalho sério da ANP, que ao longo dos últimos anos realizou estudos geológicos, geofísicos e geoquímicos com o objetivo de conhecer o potencial petrolífero dessas bacias e viabilizar seu aproveitamento econômico.

É hora de voltarmos nossos olhos para a terra! É hora de mantermos nossa constante evolução, avançarmos no caminho da unidade, do aperfeiçoamento e da cooperação entre a indústria e os órgãos de governo, utilizando o petróleo como alavanca para o sucesso econômico e social da Nação. ■